

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]

ANEXO IV – ANEXO TARIFÁRIO

**CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS
INTEGRANTES DO PROGRAMA UNIVERSALIZASP – BLOCO [●]**

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. PREÂMBULO E OBJETIVOS | 3 |
| 2. TARIFA DO USUÁRIO | 3 |
| 3. ESTRUTURA TARIFÁRIA | 4 |
| 4. AJUSTES COMPENSATÓRIOS PARA NEUTRALIDADE DA ESTRUTURA TARIFÁRIA DURANTE FASE 2 | 6 |
| 5. AJUSTES COMPENSATÓRIOS PARA NEUTRALIDADE DA ESTRUTURA TARIFÁRIA DURANTE FASE 4 | 7 |
| APÊNDICE 1 | 8 |
| APÊNDICE 2 | 9 |
| APÊNDICE 3 | 10 |

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

1. PREÂMBULO E OBJETIVOS

1.1. Este ANEXO tem as finalidades de estabelecer as diretrizes para uma ESTRUTURA TARIFÁRIA comum a todos os MUNICÍPIOS e disciplinar as regras de transição.

2. TARIFA DO USUÁRIO

2.1. A TARIFA DO USUÁRIO terá como ponto de partida as TABELAS TARIFÁRIAS por MUNICÍPIO apresentadas no APÊNDICE 1, as quais refletem as ESTRUTURAS TARIFÁRIAS vigentes de cada MUNICÍPIO na DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.

2.2. As TARIFAS DO USUÁRIO de cada MUNICÍPIO deverão ser ajustadas (●) conforme determinado abaixo:

2.2.1. Em (●), será mantida a ESTRUTURA TARIFÁRIA vigente de cada MUNICÍPIO na DATA DE EFICÁCIA.

2.2.2. Entre (●) e (●), aplicar-se-á o ajuste tarifário definido no APÊNDICE 2 deste ANEXO sobre as TARIFAS DO USUÁRIO de água, por CATEGORIAS DO USUÁRIO e faixa de consumo apresentadas nas TABELAS TARIFÁRIAS do APÊNDICE 1 deste ANEXO.

2.2.3. Entre (●) e (●), aplicar-se-ão as taxas de crescimento definidas individualmente por MUNICÍPIO dispostas no APÊNDICE 3 deste ANEXO sobre as TARIFAS DO USUÁRIO de água, por CATEGORIAS DO USUÁRIO e faixa de consumo vigentes.

2.2.3.1. As TARIFAS DO USUÁRIO não sofrerão alteração nos casos em que (i) a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL supere a TARIFA ALVO, sendo que nesse caso será mantida a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL e (ii) a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA atinja a TARIFA ALVO antes de (●).

2.2.4. A partir de janeiro de (●), a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA será mantida constante sem aplicação de ajuste tarifário.

2.2.5. Tanto a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA como a TARIFA-ALVO devem ser atualizadas, a cada ano, pelo IPCA, ou outro que vier a substituí-lo, para a mesma data-base, para os fins de comparação de que tratam os itens 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4.

2.2.6. A AGÊNCIA REGULADORA realizará anualmente, no momento do processo tarifário (seja ele REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA), o comparativo de que trata o item 2.2.3.1, a fim de homologar a TARIFA DO USUÁRIO para o ano de aplicação.

2.3. A partir de (●), iniciará a convergência entre as ESTRUTURAS TARIFÁRIAS de todos os MUNICÍPIOS, conforme tratamento sugerido no item 3 deste ANEXO.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

3. ESTRUTURA TARIFÁRIA

3.1. A ESTRUTURA TARIFÁRIA de cada MUNICÍPIO, na DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, permanecerá vigente até que a AGÊNCIA REGULADORA estabeleça, nos termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, a ESTRUTURA TARIFÁRIA comum a todo o PROGRAMA UNIVERSALIZASP.

3.2. O estabelecimento da nova ESTRUTURA TARIFÁRIA comum ao PROGRAMA UNIVERSALIZASP, ocorrerá de forma faseada, conforme disposto a seguir:

- 3.2.1. Fase 1: nos anos de (●) e (●), a AGÊNCIA REGULADORA deverá realizar estudos de convergência da ESTRUTURA TARIFÁRIA e seus impactos sobre a TARIFA DO USUÁRIO, com o propósito de promover a equivalência entre a tarifa de água e a tarifa de esgoto refletidas nas TABELAS TARIFÁRIAS do APÊNDICE 1.
- 3.2.2. Fase 2: entre (●) e (●), a AGÊNCIA REGULADORA deverá implementar a convergência linear entre a tarifa de água e a tarifa de esgoto em todos os MUNICÍPIOS. Após (●), a tarifa de esgoto deverá se manter equivalente à de água até o término do CONTRATO.
- 3.2.3. Fase 3: entre (●) e (●), a AGÊNCIA REGULADORA deverá realizar estudos para a convergência integral da ESTRUTURA TARIFÁRIA e seus impactos sobre a TARIFA DO USUÁRIO por meio da análise dos histogramas, com o propósito de promover a convergência tarifária entre as ESTRUTURAS TARIFÁRIAS vigentes em (●) e a ESTRUTURA TARIFÁRIA comum a todos os MUNICÍPIOS.
- 3.2.4. Fase 4: a partir de (●), a AGÊNCIA REGULADORA deverá alterar anualmente a TABELA TARIFÁRIA de cada MUNICÍPIO de forma que todos os MUNICÍPIOS converjam gradualmente para a mesma ESTRUTURA TARIFÁRIA.

3.3. A AGÊNCIA REGULADORA poderá avaliar a implantação de uma tarifa de contingência em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, em observância ao art. 46 da Lei nº 11.445, de 2007 e à Norma de Referência da ANA Nº 13/2025.

3.4. A ESTRUTURA TARIFÁRIA comum a ser definida pela AGÊNCIA REGULADORA com vigência a partir de (●) deverá se embasar na Norma de Referência ANA Nº 13/2025, ou em outra que venha a substituí-la, alterá-la ou atualizá-la, e contemplará as seguintes CATEGORIAS DO USUÁRIO:

- (a) residencial: LIGAÇÃO usada exclusivamente em moradias;
- (b) residencial social: (i) LIGAÇÃO de famílias cadastradas no CADASTRO ÚNICO – conjunto de informações sobre famílias brasileiras em condições de pobreza e pobreza extrema, do Governo Federal, com as atualizações que vierem a ocorrer no âmbito do CADASTRO ÚNICO, que atendam aos requisitos regulatórios para fazer jus ao benefício no termos da Lei nº 14.898/2024; e (ii) LIGAÇÃO de famílias em outros contextos que as AGÊNCIAS REGULADORAS entendam fazer jus ao enquadramento à tarifa residencial social, nos

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO;

- (c) comercial: LIGAÇÃO na qual a atividade exercida estiver incluída na classificação de comércio estabelecido pelo IBGE;
- (d) industrial: LIGAÇÃO na qual a atividade exercida estiver incluída na classificação de indústria estabelecida pelo IBGE;
- (e) pública: LIGAÇÃO usada por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Autarquias e Fundações vinculadas aos Poderes Públicos, podendo ter valor idêntico ao comercial;
- (f) instituição social: LIGAÇÃO na qual a atividade exercida estiver incluída na classificação de organizações associativas sem fins lucrativos estabelecidas pelo IBGE;
- (g) sem LIGAÇÃO: economia factível situada em imóveis (residencial, residencial social, comercial, industrial ou público) sem LIGAÇÃO à rede, mas com rede pública de distribuição de água à disposição.

- 3.4.1. A AGÊNCIA REGULADORA definirá as faixas de consumo para a parcela variável da TARIFA DO USUÁRIO. Essa parcela corresponderá a componente volumétrico da tarifa proporcional ao consumo medido, devendo ser distribuído entre 4 e 5 faixas de consumo.
- 3.4.2. A AGÊNCIA REGULADORA definirá a parcela fixa da TARIFA DO USUÁRIO como TARIFA BÁSICA. Essa parcela consistirá em componente fixo que independe do consumo medido e que cobrirá parcial ou integralmente o CUSTO DE DISPONIBILIDADE, podendo incluir ou não franquia de consumo.
- 3.4.3. A razão entre a tarifas das CATEGORIAS DO USUÁRIO Industrial e Comercial deverão ser entre 1,0 e 1,5.
- 3.4.4. A razão entre a tarifas das CATEGORIAS DO USUÁRIO Comercial e Residencial, bem como Industrial e Residencial, deverão ser limitadas a 1,5.
- 3.4.5. A AGÊNCIA REGULADORA poderá realizar estudos para a adoção do FATOR K, caso necessário, nos termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.

3.5. A AGÊNCIA REGULADORA fornecerá à CONCESSIONÁRIA, em periodicidade máxima anual, até a ocorrência do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, relação atualizada do CADASTRO ÚNICO, nos termos do item 3.4.(b), para que a CONCESSIONÁRIA possa atualizar seu cadastro com dados dos USUÁRIOS elegíveis à TARIFA SOCIAL, nos termos da regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA, assegurado o direito de o USUÁRIO comprovar a sua condição de elegibilidade.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

4. AJUSTES COMPENSATÓRIOS PARA NEUTRALIDADE DA ESTRUTURA TARIFÁRIA DURANTE FASE 2

4.1. Na Fase 2, a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO resultante da aplicação da TABELA TARIFÁRIA com alinhamento tarifário entre as tarifas de água e esgoto, nos termos do item 3.2.2, aos volumes dos histogramas entre (●) e (●), deverá ser neutra em relação à RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO obtida pela aplicação da TABELA TARIFÁRIA sem o alinhamento.

4.2. Em caso de divergência da RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO com alinhamento tarifário e sem o alinhamento tarifário no PERÍODO DE REFERÊNCIA (PR), a AGÊNCIA REGULADORA calculará anualmente o AJUSTE COMPENSATÓRIO para o PERÍODO DE APLICAÇÃO (PA) a incidir sobre a TARIFA DO USUÁRIO, conforme a fórmula descrita abaixo:

$$ACTU_{Alinh.Tarif\ PA} = \sum_n^{12} \left\{ (RECEITA\ TARIFÁRIA_{sem\ alinh.PR} - RECEITA\ TARIFÁRIA_{com\ alinh.PR}) \times \prod_n^{12} [(1 + WACC_{a.m})] \right\} \times (1 - \%GESp)$$

Em que:

$ACTU_{Alinh.Tarif\ PA}$ é o valor do AJUSTE COMPENSATÓRIO da TARIFA DO USUÁRIO no PERÍODO DE APLICAÇÃO relativo ao alinhamento tarifário no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$RECEITA\ TARIFÁRIA_{sem\ alinh.PR}$ é a receita resultante da multiplicação entre a TABELA TARIFÁRIA do PERÍODO DE REFERÊNCIA acrescida do ajuste tarifário do ano correspondente ao PERÍODO DE REFERÊNCIA e o VOLUME FATURADO por serviço (água e esgoto), CATEGORIAS DO USUÁRIO e faixa de consumo do PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$RECEITA\ TARIFÁRIA_{comm\ alinh.PR}$ é a receita resultante da multiplicação entre a TABELA TARIFÁRIA do PERÍODO DE REFERÊNCIA acrescida do ajuste tarifário do ano correspondente ao PERÍODO DE REFERÊNCIA e acrescida dos fatores de realinhamento determinados pela AGÊNCIA REGULADORA e o VOLUME FATURADO por serviço (água e esgoto), CATEGORIAS DO USUÁRIO e faixa de consumo do PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$WACC_{a.m.}$ é o WACC, conforme definido no item 7, do ANEXO V convertido em taxa mensal.

4.3. A variação percentual na TARIFA DO USUÁRIO resultante da aplicação do AJUSTE COMPENSATÓRIO deverá ser igual em todos os MUNICÍPIOS e aplicado no ano posterior ao PERÍODO DE REFERÊNCIA.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

4.4. O AJUSTE COMPENSATÓRIO será cumulativo até que a tarifa de esgoto se iguale à tarifa de água, quando passará definitivamente a fazer parte da tarifa do usuário até o final do contrato.

5. AJUSTES COMPENSATÓRIOS PARA NEUTRALIDADE DA ESTRUTURA TARIFÁRIA DURANTE FASE 4

5.1. As AGÊNCIAS REGULADORAS definirão, nos termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, para o ano de (●) o mecanismo de neutralidade tarifária relacionado ao alinhamento completo das ESTRUTURAS TARIFÁRIAS em uma única ESTRUTURA TARIFÁRIA.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

APÊNDICE 1

Estruturas Tarifárias Vigentes

[As estruturas tarifárias vigentes de cada município serão incluídas neste Apêndice 1 quando da publicação do Edital de Licitação]

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

APÊNDICE 2

Ajuste tarifário por município entre os anos (●) e (●)

[O ajuste tarifário por município entre os anos (●) e (●) serão incluídas neste Apêndice 2 quando da publicação do Edital de Licitação]

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

APÊNDICE 3

Ajuste tarifário por município entre os anos (●) e (●)

[O ajuste tarifário por município entre os anos (●) e (●) serão incluídas neste Apêndice 3 quando da publicação do Edital de Licitação]